

A REAÇÃO DE MULHERES MOLESTADAS NA ÍNDIA: ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DOS COMENTÁRIOS DE INTERNAUTAS BRASILEIROS

FRANÇA, *Carla Andressa Plácido Ribeiro de*¹;
FERREIRA, *Luiz Augusto Knafelc*²;
SASSO, *Bruna Assem*³;
MORAIS, *Alessandra de*⁴.

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar quali-quantitativamente sob a perspectiva teórica construtivista o conteúdo moral que se manifesta em comentários de internautas brasileiros sobre o caso publicado no ano de 2014 num *site* de notícias, entretenimento e correio eletrônico, de duas jovens indianas que reagiram aos seus supostos molestadores em um ônibus, enquanto os demais passageiros nada fizeram. Utilizamos como recurso metodológico o programa Alceste (Versão 2012), a partir do qual obtivemos quatro classes - com avaliações valorativas distintas e peculiares, e que se ramificaram de dois discursos matriciais. Concluímos que os aspectos heterônomos do juízo moral são os que se sobressaem na elaboração dos argumentos, e os comentários majoritários estão na primeira classe em que os sujeitos oneram à cultura o fator das ações dos envolvidos.

Palavras-chave: Valores Morais; Internautas; Alceste

Abstract: In this paper, our aim is to analyze quali-quantitatively, under the theoretical framework of constructivism, the moral content manifested on brazilian internet users' comments about the case published in 2014 in a news website, entertaining and webmail, about two young indians who reacted to their allegedly rapists in a bus, while the remaining bystanders did nothing to intervene. We used as a methodological resource the Alceste (2012) software, from which we got four classes – with distinct and peculiar valuative judgements, that branched in two matrixial discourses. We have concluded that heteronomous aspects of moral judgement are those that excel in the argument elaboration,

¹ Pedagoga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP – Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. Endereço para correspondência carlaandressap@yahoo.com.br

² Psicólogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP – Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. Endereço para correspondência lknafelc@gmail.com

³ Pedagoga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP – Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. Endereço para correspondência bru.assem@gmail.com

⁴ Psicóloga, mestre e doutora em Educação. Professora Assistente-Doutor do Departamento de Psicologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP – Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. Endereço para correspondência alemorais.shimizu@gmail.com

and most comments are in the first class, where subjects encumber culture for actions of the involved.

Key-words: Moral Values; Internet Users; Alceste

Introdução

O presente artigo traz à discussão algumas manifestações de valores morais por internautas diante de um relato de fato real descrito em uma página virtual de notícias, entretenimento e correio eletrônico (*site*). Podemos verificar que *sites*, como o visitado por nós, descrevem diariamente fatos ocorridos com cidadãos de diversos países, e os internautas têm espaço para relatarem a sua opinião a respeito do assunto. O que nos chama atenção são os valores morais expressos nos comentários desses internautas, que muitas vezes apresentam ofensas, preconceito, intolerância ou indignação.

A notícia que destacamos descreve a autodefesa que duas jovens, Arti e Pooja Kumar, com 22 e 19 anos - respectivamente -, manifestaram após serem cercadas por três homens em um ônibus lotado quando voltavam para casa, na cidade de Rohtak, localizada no estado de Haryana na Índia. No vídeo publicado no site, aparecem as duas jovens batendo em seus agressores com um cinto e a indiferença dos outros passageiros, que nada fazem, diante do ocorrido. O redator destaca que a polícia prendeu os supostos molestadores após a divulgação do vídeo, gravado por uma das passageiras do ônibus, nas redes sociais e nos canais de notícias. Em entrevista as jovens relataram:

“Eles fizeram gestos, nos tocaram e insultaram”, declarou Pooja ao canal NDTV.

“Nós não aguentávamos mais e começamos a bater. Um dos homens tentava puxar minha irmã pela mão e um outro me segurava pelo pescoço. Foi quando minha irmã tirou o cinto e começou a bater”, acrescentou. (YAHOO, 2014)

O redator aponta que essa notícia fora publicada em vários sites de redes sociais e notícias gerando diferentes comentários. Escolhemos o portal Yahoo do Brasil como fonte da notícia para fomentar nossa discussão a partir dos comentários de seus internautas por ser um site de grande fluxo de usuários da internet.

Como descrito anteriormente, podemos perceber que assuntos como esses geram comentários de diferentes naturezas valorativas. No caso do ocorrido com essas duas jovens indianas, vários são os fatores que podem fomentar os comentários dos leitores como o costume e leis do país, a relação homem e mulher, a falta de reação dos demais passageiros, dentre outros.

Devemos deixar claro que os comentários a serem analisados aqui são de internautas brasileiros, com isso podemos nos deparar com olhares imbuídos de preconceitos e, possivelmente, ignorantes a respeito da cultura de um país que por muitos pode ser desconhecida, trazendo consigo um olhar da própria cultura como sendo universal.

Diante disso, surge a seguinte questão: quais seriam os valores morais expressos nos comentários de usuários brasileiros de um site de notícias a respeito de um fato ocorrido na Índia sobre a reação de mulheres molestadas?

Nosso principal objetivo é analisar sob a perspectiva da teoria construtivista, os conteúdos valorativos dos comentários desses internautas. Para isso, contamos com o programa Alceste (Versão 2012) para verificar e analisar o material em foco, a partir dos dados gerados por ele sobre os comentários dos internautas a respeito do problema pesquisado.

Não obstante, primeiramente esclareceremos, ainda que brevemente, o que tratamos como a moralidade e os valores morais, tendo como base teórica a perspectiva construtivista, com os estudos clássicos de Jean Piaget e de pesquisadores que o sucederam.

Moralidade e os valores morais na teoria construtivista: alguns apontamentos

Ao refletirmos sobre moralidade e valores morais, pensamos nos princípios que possam reger a moral presente em uma sociedade ou grupo social. Para definirmos o que chamamos por moral e moralidade, citemos Piaget (1994) que concebe toda moral como “sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (p. 23).

Quando nos deparamos com qualquer conjunto de regras, temos que ter claro que toda regra é ditadora, porém flexível, ou seja, ela define o como devemos nos portar segundo as necessidades do grupo que pertencemos e que a constituiu, no entanto, como essas necessidades podem mudar e/ou surgir novas necessidades do grupo social, tais regras são flexíveis/mutáveis.

Segundo a teoria construtivista de Psicologia Moral, o que se deve ter claro na constituição de uma regra são os princípios que a guia, La Taille (2009) define três principais virtudes morais ou princípios: a justiça, a generosidade e dignidade (respeito por si e pelo outro). Para Piaget (1994) o cumprimento das regras ocorrerá de formas diferentes pelo indivíduo de acordo com o seu desenvolvimento moral, caracterizado pelas fases de heteronomia e autonomia. Sua evolução percorrerá por três planos diferentes: regra motora (não há consciência de obrigação, mas ela está presente nas primeiras ações do bebê, o hábito, como por exemplo, a maneira de pegar no seio da mãe); regra coercitiva (regida pelo respeito unilateral); e regras racionais (regida pelo respeito mútuo).

No entanto, o autor ressalta que dependendo da complexidade da regra, um indivíduo poderá se enquadrar em uma ou em outra fase, podendo, assim, por uma determinada regra estar na fase autônoma no plano prático e na fase de heteronomia no plano da consciência, não havendo assim estágio de heteronomia ou estágio de autonomia.

Portanto, não há estágios globais que definam o conjunto da vida psicológica de um indivíduo, num dado momento de sua evolução: os estágios devem ser concebidos como fases sucessivas de processos regulares, os quais se reproduzem como ritmos, nos planos superpostos do comportamento e da consciência (PIAGET, 1994, p. 75).

Então, segundo Piaget (1994) há duas morais, a moral heterônoma e a moral autônoma. Para o autor, todo indivíduo, após o período de anomia (até por volta dos 3 anos de idade, quando a criança ainda não penetrou no universo moral), passará pela fase da heteronomia, e tenderá para evoluir para fase da autonomia moral. Aquela poderá, porém, perpetuar ao longo de sua vida adulta de acordo com a relação com o meio social, ou seja, um meio em que predomina o respeito unilateral, a coação moral, favorecerá a permanência do indivíduo na heteronomia, já um meio em que se favorece relação de respeito mútuo e relações de cooperação, o indivíduo terá melhores condições para desenvolver a autonomia moral. Para Piaget (1994),

a cooperação aparece como o termo-limite, como o equilíbrio ideal para o qual tende toda relação de coação: à medida que a criança cresce, suas relações com o adulto se aproximam da igualdade, e, na medida em que as sociedades evoluem, as representações coletivas dão mais margem à livre discussão entre indivíduos. (p. 79)

Desse modo, para Piaget a autonomia moral de um indivíduo é construída, e dependerá necessariamente do respeito mútuo para desenvolver. Assim, o respeito mútuo

“substituí as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e à própria consciência, que é a reciprocidade na simpatia” (1994, p. 91).

Para Piaget (1973), na autonomia moral o indivíduo apresenta a capacidade de, conscientemente, defender um ideal como necessário mesmo sofrendo algum tipo de pressão exterior. O indivíduo, por exemplo, identificará a verdade como necessária para estabelecer confiança entre os indivíduos em uma relação de respeito mútuo, entendendo, por sua vez, que agir com justiça, respeito e generosidade é fundamental nas relações interpessoais, assim como outros valores morais, que segundo La Taille (2006) uns podem ser mais subjetivos, altruístas (como a generosidade) e outros mais objetivos, universais (como a justiça). As regras, por sua vez, são obedecidas por esses indivíduos por compreenderem sua necessidade para a vida em sociedade ou em seu grupo social, tendo assim consciência dos princípios que as regem.

Sabemos que a moral, como conjunto de regras, se diferencia de acordo com cada sociedade ou grupo social. Porém Martín Garcia e Puig (2010) vão além desse pensamento, para os autores está ocorrendo um novo aumento da diversidade moral presente no mesmo grupo social, que chamam de multiculturalismo. Diante disso, os autores defendem que, na construção da personalidade moral do indivíduo, é necessário que ele tenha a clarificação dos próprios valores, assim, será capaz de se posicionar de forma autônoma guiado por seus valores morais em situações complexas. Desse modo,

dizemos que os valores são guias de conduta que atuam quando a pessoa se encontra em situações controvertidas. Sua função como referência de conduta evidencia a necessidade de cada pessoa definir com precisão sua hierarquia de valores, o que a ajudará a ter um comportamento pessoal mais orientado e coerente e lhe permitirá tomar decisões com consciência e autonomia. (MARTÍN GARCIA; PUIG, 2010, p. 26).

Outra perspectiva referente à questão multiculturalista é o aspecto do relativismo ético cultural. Kohlberg (1981, p. 124, *tradução nossa*) explica tal relativismo como “[...] a noção que, embora o conteúdo das regras morais varie de grupo para grupo, todos os grupos têm algo chamado *moralidade* que possui propriedades formais e funcionais comuns”. Contudo,

a confusão relacionada à noção relativista que a função dos princípios morais é julgar sociedades ou culturas como um todo, e, por alguém não poder legitimamente fazer uma avaliação moral absoluta de uma cultura

como mais ou menos merecedora que outra, não existem princípios morais não relativos. (KOHLBERG, 1981, p. 111. *tradução nossa*).

A saída para este embate teórico encontrada por Lawrence Kohlberg - a base de sua obra - é a universalização dos constructos morais: “logo, minha reivindicação não é que a teoria é culturalmente universal, mas os princípios morais básicos o são” (KOHLBERG, 1981, p. 98. *tradução nossa*).

La Taille et al. (2009) refletem acerca de uma questão que se aproxima do estudo de Martín Garcia e Puig (2010), pois se perguntam se estaríamos vivendo tempos de *crise de valores* (isto é, se os valores morais estariam desaparecendo), ou tempos de *valores em crise* (ou seja, se os referidos valores estariam apenas sofrendo mudanças – sobretudo, de interpretações). A partir de suas variadas pesquisas, cada autor traça considerações acerca deste tema, direcionando mais à afirmação de que estamos vivendo “valores em crise” do que em época de “crise de valores”.

Evidenciamos o estudo de Tognetta e Vinha (2009), as quais, embasadas em Piaget (1994), definem “valor” como sendo todo e qualquer investimento afetivo que nos move ou faz-nos agir. Dessa forma, seja em relações consigo, seja em relações com os outros, toda pessoa investe sua energia em ações ou em relacionamentos, ou, até mesmo, em ideais. Ainda segundo as autoras, algo que possui um sentido para o sujeito e é investido pelos afetos, faz com que lhe atribuam um valor positivo ou negativo - podendo ser estes, valores morais (como justiça, generosidade, dignidade, veracidade, honestidade, entre outros) ou não-morais (tais como beleza, sucesso, sedução, riqueza, popularidade, etc.).

A indignação, alvo da investigação de Tognetta e Vinha (2009), refere-se sobretudo a um conteúdo moral, a justiça – a saber – e caracteriza-se como sendo um sentimento negativo desencadeado por um juízo negativo feito por quem a experimenta para reivindicar um direito. Entretanto, em uma moral heterônoma, em que os valores não se conservam e são regulados pela pressão do meio, as manifestações de indignação não dizem respeito aos direitos dos outros, mas sim àqueles que considera serem os seus, isto é, há apenas uma busca pela justiça que é autorreferenciada: “Indignar-se é buscar essa correspondência imediata entre os valores que tenho e os que aspiro que os outros tenham.” (p. 20).

Nas situações controvertidas discutidas por Martín Garcia e Puig (2010), o uso do diálogo é uma ferramenta fundamental para o estabelecimento de relações e resolução de conflitos. Segundo os autores há vínculo entre o diálogo e a moral, que pode ser justificado

por dois pontos: valores colocados ao se dialogar; vínculo entre a capacidade dialógica e a consciência autônoma.

Dessa forma, dialogar de maneira correta implicaria em saber colocar seus pontos de vista mesmo diante de pressão externa e ouvir os do outro, num exercício de compreensão mútua; renunciar, quando necessário, seus próprios interesses e convicções para o bem do coletivo; buscar sempre a verdade e integridade, assim como contribuir para um acordo justo. Para isso, não basta apenas a prática de falar um com o outro, o ato de dialogar que favoreça a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos, requer que haja ou tenha havido práticas educativas com ações específicas para o exercício desses valores, como as assembleias ocorridas em escolas democráticas (BIAGGIO, 2002).

Se a indignação parte do “sentimento negativo em resposta a ações que o sujeito considera contrárias ao que ele valoriza”, e, destarte, Tognetta e Vinha (2009, p. 20) consideram que o sentimento de indignação poderia indicar os valores que uma pessoa tem, ao nos propormos averiguar quais são os valores morais expressados nos comentários de usuários brasileiros em um site de notícias a respeito de um fato ocorrido na Índia sobre a reação de mulheres molestadas, acreditamos que suas respostas podem nos apontar também, sob uma perspectiva construtivista da moral, se tais comentários têm ou não valores morais.

Método e instrumentos

Para esta pesquisa, buscamos um teor descritivo e de cunho exploratório. Como define Cervo e Bervian (2002) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (p. 66). O caráter exploratório é caracterizado pelos autores por “realizar descrições precisas da situação e descobrir as relações existentes entre os elementos da mesma” (p. 69).

Logo, nossa pesquisa recuperou os comentários (n = 209) (YAHOO, 2014) dos usuários do Portal de Notícias do Yahoo, buscando identificar como se manifesta o fenômeno dos valores morais, definindo por variáveis: a) número do comentário (com_1, com_2, com_...); b) sexo (apresentado na Tabela 1) e c) classificação do comentário (pois o portal possibilita a avaliação por outros internautas do comentário em positiva ou negativa - apresentado na Tabela 2).

Tabela 1 – Descrição da Variável Sexo – formato da variável inserida no software e sua respectiva descrição

Variável	Descrição	Observação
*sex_m	Masculino	
*sex_f	Feminino	
*sex_n	Neutro	Utilizada quando não era possível identificar o gênero do comentarista

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 2 – Classificação do Comentário – modo de inserção da variável no software e seu significado

Variável	Descrição	Observação
*aval_a	Positivo	Utilizada quando as avaliações positivas prevalecem sobre as negativas
*aval_b	Negativo	Utilizado quando as avaliações negativas prevalecem sobre as positivas
*aval_c	Neutro	Utilizado quando as avaliações positivas são iguais às negativas
*aval_d	Nulo	Utilizado quando não há avaliação de qualquer caráter.

Fonte: Elaborado pelos autores

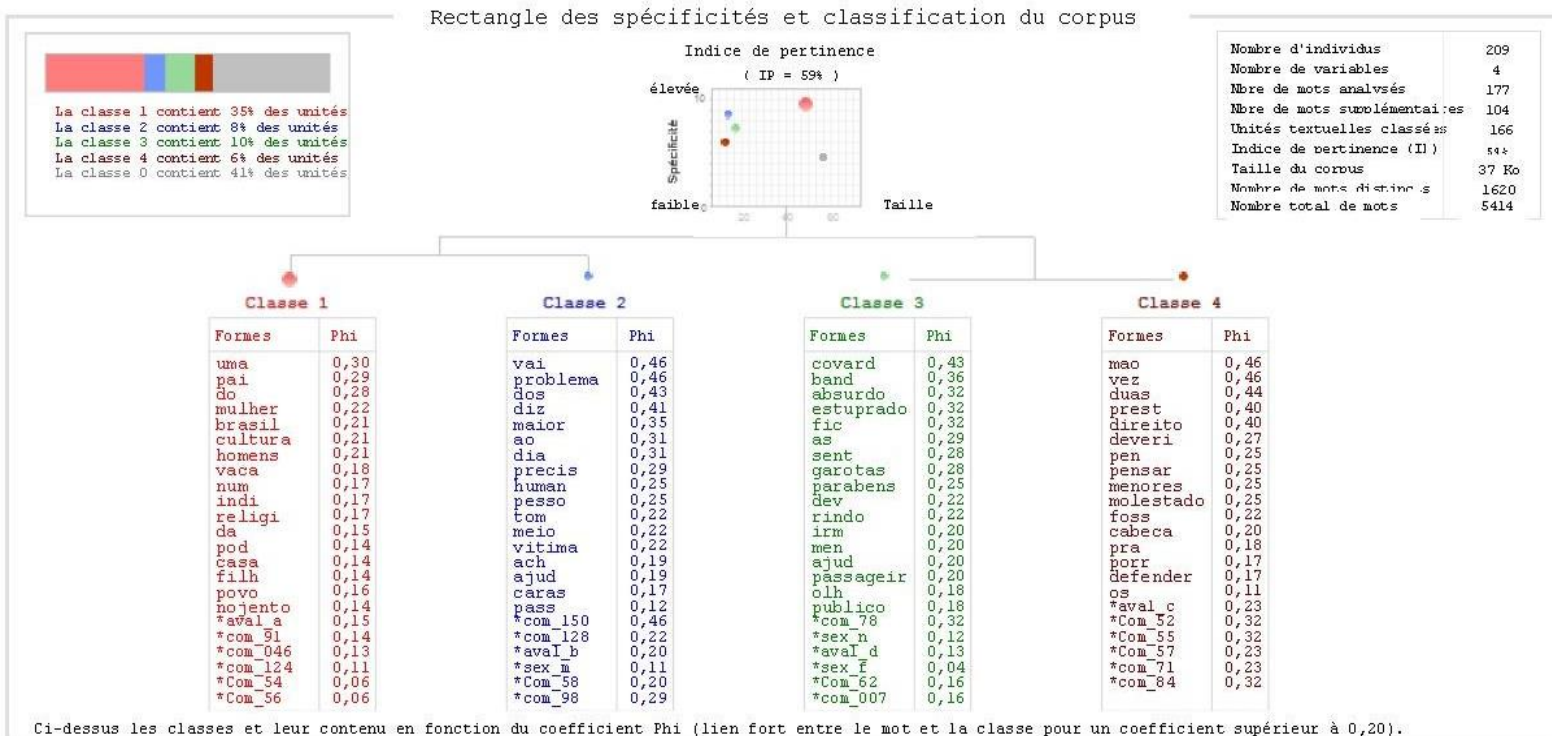
Dadas as restrições inerentes ao próprio ambiente virtual, como o anonimato de conteúdo (SILVA BARBOSA *et al.*, 2014), foram as variáveis possíveis de serem extraídas.

Para a análise do conteúdo, valemo-nos do software ALCESTE (Versão 2012) que “realiza uma análise lexical de conteúdo por meios de técnicas quantitativas de tratamentos de dados textuais” (Oliveira, Gomes & Marques, 2005). Tal procedimento gerou quatro classes decorrentes da proximidade lexical em uma classificação hierárquica descendente (IMAGE ZAFAR, 2015) com um aproveitamento de 59% das unidades elementares do corpus analisado.

Resultados e discussões

Como supracitado, o Alceste gerou quatro classes estáveis – compostas pela proximidade lexical dos termos – constituídas por 59% de todo material analisado conforme apresentado na figura 1. Esta limitação da perda de material se explica pelo caráter aberto dos comentários e natureza impessoal dos mesmos (SILVA BARBOSA *et al.*, 2014).

Figura 1 – Divisão de Classes



Fonte: Software ALCESTE Versão 2012

O software, por sua vez, gerou quatro classes, por proximidade lexical que ramificam-se em dois discursos matriciais que nomearemos o primeiro como Social (gerador das Classes 1 e 2) e o segundo como Solidariedade (que gera as Classes 3 e 4). Tal dendrificação ocorre pois dentro das unidades textuais analisadas acontece uma cisão entre uma atribuição social do fenômeno (WEINER, 1995 apud RODRIGUES; ASSMAR, 2003) e o aspecto individual da honra, sendo esse último na asserção de La Taille (2006). Nos valeremos de termos como afinidade ou tendência e repulsa ou negação para indicar os coeficientes estatísticos encontrados entre as variáveis pelo software.

A primeira classe onera à cultura o fator das ações dos envolvidos. As correlações desta classe mais significativas são pai, mulher, cultura e Brasil. O termo “pai” se refere à forma condensada de país ou países, suprimindo o sufixo conforme procedimento do

Alceste. Os comentários desta classe, que representa 58% das unidades analisadas exprimem majoritariamente que a falha moral reside na cultura, como expresso no comentário:

*uce n° 118 Phi = 0,06 uci n° 88 : *com_88 *sex_m *aval_d
nao sao (homens), sao uns (nojentos) travestidos de peles masculinas. o-pior e que a (cultura) (do)
(povo) (indiano) seja tao permissivo a (esse) (tipo) de postura.*

“Uce” significa unidade de contexto elementar: as menores unidades com sentido das respostas dos sujeitos. “Phi” é o coeficiente estatístico utilizado para as aproximações lexicais. “Uci” por sua vez são as unidades de contexto iniciais: unidade a partir da qual o programa efetuará a fragmentação inicial. “Com”, “sex” e “aval” foram explicados anteriormente. As palavras em parêntes são as palavras mais representativas da classe. Daqui por diante, omitiremos os dados técnicos gerados pelo software para facilitar a leitura dos comentários destacados.

Que cultura mais arcaica. pois é, num país em que ainda há mulheres dão o dote para o homem, no casamento. Há um movimento de mulheres, mas ainda é incipiente.

Estas demonstrações de universalismo cultural (uma vez que há a defesa da hegemonia de uma cultura sobre a outra; e quando se fala de uma cultura mais arcaica, está qualificando-a com base em outras, e não em si mesma), se tornam mais manifestas quando os usuários desta classe de comentários buscam praticar um efeito contraste, como os comentários a seguir:

Eu já acho o Brasil um país de muita impunidade, mas pelo visto a Índia ganha da gente nesse quesito lastimável, só tem bandido no poder, tanto aqui quanto la, por isso que a impunidade continua.

Uma das vantagens aqui no Brasil, esse já tinha virado moça na prisão.

O país mais podre, eu teria vergonha de morar num lugar tão imundo e imoral.

Tal contraste busca explicitar a desvantagem cultural de um país em relação a outro. Segundo Kohlberg (1981), mesmo embora alguém não possa “caracterizar diferenças em normas de uma sociedade para outra como sendo mais ou menos moral [...] a essência da moralidade é a forma de respeito para as normas do grupo” (p. 125. *tradução nossa*). Valendo assim de uma ótica brasileira para a análise de um fenômeno indiano - como podemos perceber nos comentários dos internautas - nela ocorre o julgamento pelos valores e normas

que são, na verdade, respeitados/tolerados no Brasil, demonstrando, assim, uma versão universalista ingênua, justamente por pensar-se que a do Brasil se aplicaria a todas as culturas, quase como uma “verdade” universal.

Esta classe, por fim, busca ao oberar a cultura, explicar o fim do comportamento em si – irrelevando aspectos como respeito, dignidade ou a própria justiça. Ao identificar o problema como cultural, o indivíduo se identifica com os fatores exógenos dos valores referentes ao problema considerando sua própria cultura como mais evoluída, isentando de expressar seus próprios valores, numa heteronomia moral - sendo assim, oposto a uma decisão própria, motivada por valores pessoais; apresentando este como dado por solucionado; um fim em si mesmo, irresoluto. A ação ideal (ou ideal de ação) apregoada é exatamente o adverso do que ocorre:

Em uma situação social caracterizada pelos altos níveis de diversidade moral, a autonomia moral é imprescindível para que as condutas individuais se mantenham orientadas pelos próprios valores e o indivíduo não ceda diante da pressão externa. (MARTÍN GARCIA; PUIG, 2010, p. 30).

Ao imputar na cultura as explicações desta crise de valores, tal sorte de comentários obtém grande aprovação. Existe uma tendência majorada deste rol de comentários receberem avaliações positivas e uma tendência a avaliações nulas, demonstrando que além de ser a classe mais expressiva dentro dos objetos analisados (58%), obtém maior aprovação dos internautas que as lêem.

Concatenada à primeira classe está a segunda: um aspecto social, fenomenístico de constatação de um problema. Alias, *do* problema. Esta classe se caracteriza majoritariamente pela constatação de um problema. Indiferente da busca de soluções ou origens, ela avalia qual é o maior problema. O busílis reside, entretanto, em uma descrença na solução. Tal descrença gera uma forma de encadeamento de problemas que podemos observar claramente nos próximos comentários:

Viu um problema de um lado? Corra pro outro lado! Se meter no problema dos outros só vai atrair problemas para você!

Como diz o ditado: em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. é um fato absoluto que se meter no problema dos outros é a maior furada.

Você vê 2 menores brigando, isso agora é muito comum, ai você entra no meio para separá-los, os dois vão se voltar contra você e agredi-lo e as família dos 2 ao invés de te agradecer por separar a briga vão te acusar de agredir os menores e vão te denuncia e você vai responder um processo por lesão contra menor de idade.

Ao ignorar qualquer possibilidade de respeito mútuo e mesmo o direito à dignidade (ou honra, sinônimos para La Taille [2006]), esta classe representa o alheamento do indivíduo ante ao fenômeno. Considera-se somente o aspecto utilitarista de Mill (1861 apud ANDRADE, 2013) individual do fato social – um ônus por uma benfeitoria. Paradoxalmente, expressões valorativas ocorrem nesta classe de forma diametralmente opostas, como o comentário:

A comunidade precisa protegê-las, pois vai haver revide! Lá é assim.

O que torna esta classe ímpar é justamente a descrença que haverá qualquer espécie de solução; tal desencantamento une os 13% dos comentários representativos desta classe. Tal classe, ao ser julgada por leitores, tende a uma avaliação negativa e – logicamente – a uma negação da imparcialidade. Tal classe tende à presença masculina, afastando a presença feminina e neutra.

Em um viés diferente, encontramos as classes 3 e 4. Tais classes caracterizam-se pelo elo de solidariedade que, cindido, gera sentimentos morais de duas sortes.

Na classe 3, observamos o que Tognetta e Vinha (2009) chamam de indignação: os comentaristas veem o comportamento dos demais passageiros – anódinos – e se sentem indignados. As quatro palavras representantes mor desta classe (covarde, band, absurdo, estuprador) em associação com a oitava e nona (garotas e parabéns) demonstram um aspecto duplo da classe: a justiça feita pela reação das vítimas (as últimas) e o juízo imbuído aos passageiros (as primeiras). Encontraremos exemplos dos dois casos nos comentários a seguir:

Os miseráveis em vez de ajudar as moças ficavam rindo, bando de covardes!

O mais incrível é que ninguém faz nada para ajudá-las. São tão bandidos quanto os que atacaram as moças.

Parabéns para as irmãs indianas por aquelas bandas o que não falta são estupradores. Sub raça que merece ser extinta em todo o mundo!

É lamentável e abominável tanto o ato deles como a omissão dos outros. Parabéns as meninas pela coragem, nenhuma mulher é obrigada a gostar disso.

Esta classe de comentários, pouco representativa (17% das unidades analisadas), não se abstém do problema ou busca na cultura o motivo do problema; o sentimento - construtivista (BRINGUIER, 1978; LA TAILLE, 2006) - em relação ao fato os motiva a valorar tanto a inércia dos passageiros quanto a resposta das mulheres (assim como a conduta dos agressores). O choque entre os próprios valores e as ações tomadas por outrem gera a motivação máxima do comentário (TOGNETTA; VINHA, 2009).

Ainda acerca disso, não podemos afirmar, no entanto, que o inconformismo expresso dos internautas pela *não-reação* dos passageiros diante tal acontecimento revela que suas ações em situação semelhante pudessem ser diferentes.

Para Piaget (1994) a relação entre pensamento e ação não é fácil de ser relacionada visto que mesmo que o sujeito aplique um juízo em certas situações, isso não torna uma garantia de que o sujeito faça efetivamente na prática o que julga que deve ser feito. Ademais, a revolta (e/ou inconformismo), ligeiramente, pode até parecer como sendo uma atitude autônoma dos internautas, entretanto, como bem explana Kamii (2013), “existe uma vasta diferença entre autonomia e revolta” (p. 345). Isto porque, segundo a autora, a pessoa “se revoltar”, ou seja, colocar-se contra o conformismo, não a torna necessariamente uma pessoa moralmente autônoma.

Tal sorte de comentários não eliciou, entretanto, alguma forma de manifestação dos leitores, como demonstra a tendência a avaliações nulas e repulsa a avaliações neutras.

Por fim, a última classe trata da solução. Enquanto a primeira justifica em detrimento da cultura, a segunda busca identificar os problemas correlatos e a terceira justifica (ou injustifica no caso dos passageiros) as atitudes, a quarta classe, por sua vez, é constituída por aqueles que propõe soluções para tal fenômeno:

Isso mesmo desce porrada nesses idiotas. Taca lbe pau. kkkkkkkk. se fosse comigo eu não pensaria duas vezes em fazer o mesmo q elas.

E isso que as mulheres, deveriam fazer, em qualquer lugar, e gritar bem alto para os molestadores, que as estão incomodando, só assim esses tarados mal resolvidos, vão pensar duas vezes antes de atacarem!

Eu acho q deveria ter pena de morte pra estupadores e molestadores no mundo todo. porque eles nunca param de cometer tal ato.

Tomara que a justiça indiana lbes cortem o pênis e as duas mãos.

Toda mulher deveria ter o direito de usar arma, porque infelizmente ela não tem força, a arma seria sua segurança, contra maridos que gostam de matar e contra os estupradores!

Então extermina de uma vez. Os que forem mais pesados merecem ser torturados antes de ter suas cabeças decepadas. Guilhotina pra esses animais!

O reflexo da heteronomia descrita por Piaget (principalmente os aspectos que tangem à punição expiatória) (PIAGET, 1994) são representativos nesta classe onde o direito e deveri(a) são as palavras mais representativas. Tal classe demonstra a tendência a avaliações neutras equilibrando as opiniões dos leitores.

Considerações Finais

Todas as classes apresentaram uma avaliação valorativa distinta e particular: enquanto a Classe 1 justifica em detrimento da cultura, a 2 busca identificar os problemas correlatos e a 3 justifica (ou injustifica no caso dos passageiros) as atitudes, a Classe 4, por sua vez, é constituída por aqueles que propõe soluções para tal fenômeno.

- Na primeira Classe, além de os internautas depositarem na cultura a causa de uma “crise de valores” repercutida através da notícia em destaque, constatamos uma correlação positiva para avaliações positivas e, negativa para avaliações nulas. Em outras palavras, ao imputar na cultura as explicações desta crise de valores, tal sorte de comentários obtêm grande aprovação dos internautas que as lêem, isentando-os de imparcialidade quanto a este assunto;
- Na segunda Classe, os leitores constatarem um problema que, indiferente da busca de soluções ou origens, avaliam simplesmente qual é “o problema”. Enquanto manifestam total descrença na solução do mesmo, os comentários desta classe evidenciam-nos um alheamento dos sujeitos quanto ao fenômeno. As avaliações (de concordância ou discordância) dos internautas que lêem esses comentários tendem a rejeição destes, ao mesmo tempo que se distanciam das classificações do tipo neutro – ou seja, quando as avaliações positivas são iguais às negativas – caracterizando esta classe pela oposição aos comentários expressos;
- Já a terceira Classe se caracteriza pela manifestação indignada dos internautas ante o comportamento dos demais passageiros – anódinos. Há aqui certa predominância dos comentários do tipo neutro (ou seja, aqueles que obtêm avaliações positivas tanto quanto negativas) em oposição aos nulos (que não obtêm avaliações de nenhum tipo): mostrando-nos um equilíbrio no julgamento e uma aversão ao não julgar;
- Por fim, a última Classe trata da solução. Bem como a terceira, esta Classe revela-nos uma afinidade dos internautas aos comentários de valor neutro (aqueles cuja quantidade de avaliações positivas se equivale às negativas), evidenciando-nos que, apesar das avaliações positivas (internautas que concordam com os comentários de outrem que propuseram soluções para tal fenômeno) serem iguais às avaliações

negativas (internautas que não aprovam o comentário manifesto), houve uma motivação à reação.

Dadas as relações avaliativas, temos exemplos marcantes do conteúdo valorativo a cada classe. Marcantes, pois, na acepção dos diversos autores previamente mencionados no trabalho, vale-se de aspectos heterônomos do juízo para a elaboração de seus argumentos. Esta afirmação seria demasiadamente enviesada se não fosse pelo fenômeno da educação heterônoma que não possibilita o desenvolvimento de sujeitos para a autonomia moral, com capacidade reflexiva elevada.

A heteronomia *per se* não é ruim: é uma fase intermediária entre a ausência de moral - anomia - e a orientação moral baseada em princípios pessoais - autonomia. Nosso óbice reside no simples fato da educação - dos moldes formais conhecidos e praticados - não propiciar o desenvolvimento da autonomia, transformando a heteronomia não em um meio, mas um fim em si mesma. Tal juízo intersecciona todas as classes geradas pela análise lexical: isto é, revela-nos motivos alheios ao indivíduo e soluções contrárias as por princípio; fatores externos mediadores de conflito sanariam a situação problema e, a ausência destes é que fomenta e perpetua o fenômeno-problema.

Este princípio interno, norteador de juízos autônomos, chama-se justiça. Aquém do senso comum, a justiça nesta acepção é dado como um *modus* de raciocínio. A justiça, um dos princípios morais, pode ser notada (classes 3 e 4) nos discursos dos internautas como a justiça retributiva primitiva, ou seja, para eles a expiação é a melhor maneira de se resolver uma infração ou um ato repudiável.

Não consideram que a punição proposta pode não (se quer) sanar a reincidência do mesmo ato, muito menos propiciar a tomada de consciência dos indivíduos. Os comentários, carregados de preconceitos - tanto na perspectiva do senso comum quanto no termo piagetiano em si - dos leitores, expressam um juízo atribuído ou à cultura, à ausência de leis que punam ou, à inépcia dos espectadores, de forma agressiva, não repudiando ou condenando apenas os participantes da cena retratada - como os agressores e passageiros, mas todos os cidadãos do país, principalmente os homens.

Tal reação agressiva dos internautas ainda que ilustre certa indignação diante do fato, não se desenrola de forma autônoma já que em seus discursos não partem de princípios universais; quando isso ocorre não sustentam seus comentários, assim como, também não levam em consideração as possíveis diferenças culturais e o que isso pode implicar.

O multiculturalismo, apesar de oportuno, por si só não garante o desenvolvimento moral autônomo dos indivíduos, em que exercite o respeito mútuo e o espírito de cooperação, mesmo quando há pensamentos e desejos opostos. Para que ele possa ser um veículo desse desenvolvimento, faz-se necessário que ele seja tratado de forma consciente e responsável, como por exemplo na educação formal (nas escolas) onde se pode exercitar o diálogo e a resolução de conflito.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, E. **The empty man: a critique of utilitarianism.** *Trans/Form/Ação*, v. 36, n. 2, p. 105–122, ago. 2013.
- BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral.** São Paulo: Moderna, 2002.
- BRINGUIER, J. C. **Conversando com Jean Piaget.** Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.
- IMAGE ZAFAR. Alceste 2012 Plus Edition: **A textual statistics software.** Disponível em <http://www.image-zafar.com/sites/default/files/telechargements/alceste2012plusen.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2015
- KAMII, C. **Autonomia como finalidade da educação: implicações da teoria de Piaget.** In: ASSIS, O. Z. M. DE; ASSIS, M. C. DE. (Orgs). *PROEPRE: Fundamentos teóricos da educação infantil II.* 7. ed. Campinas, SP: Book Editora, 2013. p. 341-358.
- KOHLBERG, L. **Essays on Moral Development: Moral Stages and the Idea of Justice.** The philosophy of moral development. San Francisco: Harper & Row, 1981.
- LA TAILLE, Y. DE. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.
- _____. **Formação ética: do tédio ao respeito de si.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARTIN GARCIA, X.; PUIG, J. M. **As Sete Competências Básicas para Educar em Valores.** 1. ed. São Paulo: Summus, 2010.
- MENIN, M. S. S.; LA TAILLE, Y. DE. **Crise de valores ou valores em crise?.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- OLIVEIRA, D. C.; GOMES, A. M. T.; MARQUES, S.C. **Análise estatística de dados textuais na pesquisa das Representações Sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde.** In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. (Orgs.). *Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 157-200

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 1994.

_____. **Para Onde Vai a Educação?** Trad. Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 89.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L. Social influence, attribution of causality, and judgments of responsibility and justice. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 191–201, jan. 2003.

SILVA BARBOSA, A. *et al.* Relações Humanas e Privacidade na Internet: implicações Bioéticas. **Revista de Bioética y Derecho**, n. 30, p. 109–124, jan. 2014.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Valores em crise: o que nos causa indignação? In: LA TAILLE, Y. DE.; MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M.; [*et al.*]. **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 15-45.

YAHOO. **Irmãs indianas dão lição mais do que bem dada em molestadores de ônibus**. Disponível em <https://br.noticias.yahoo.com/irmãs-indianas-dão-lição-mais-do-que-bem-dada-em-molestadores-de-ônibus-154655056.html>. Acesso em 2 de Dezembro de 2014.